

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº FUMCULT/0028/2024 PREGÃO ELETRÔNICO Nº FUMCULT/007/2024 TIPO: MAIOR OFERTA – PERMISSÃO QUALIFICADA DE USO ONEROSO	
<b>OBJETO:</b>  PROPOSTA MAIS VANTAJOSA PARA A PERMISSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DE UMA LANCHONETE/BOMBONIERE, SITUADA NAS DEPENDÊNCIAS INTERNAS DO CINE TEATRO LEON, À RUA PADRE ANTÔNIO CORRÊA, Nº 212, CENTRO, CONGONHAS – MG, CEP.:36410-056.	
<b>RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:</b>  A partir de 13/11/2024  <b>INÍCIO DA FASE DE DISPUTA</b>  Dia 06/12/2024	<b>MODO DE DISPUTA</b>  Aberto/Fechado
<b>SITE PARA REALIZAÇÃO DO PREGÃO:</b>  <a href="http://www.bll.org.br">www.bll.org.br</a>	<b>ESCLARECIMENTOS / PEDIDOS</b>  <a href="http://www.bll.org.br">www.bll.org.br</a>
<b>REFERÊNCIA DE TEMPO:</b>  Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília – DF.	<b>FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS / ENCAMINHAMENTOS:</b>  <a href="http://www.bll.org.br">www.bll.org.br</a>
<b>CONSULTAS AO EDITAL E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES</b>  Nos sites <a href="http://www.bll.org.br">www.bll.org.br</a> e <a href="http://www.congonhas.mg.gob.br">www.congonhas.mg.gob.br</a>  O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 10,00 (dez reais)  O Valor mínimo estimado desta permissão de uso público será de Permissão de Uso será de R\$ R\$981,82 (novecentos e oitenta e um reais e oitenta e dois centavos)	

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº FUMCULT/007/2024**  
**(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº FUMCULT/0028/2024)**

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a **FUMCULT – Fundação Municipal de Cultura, Lazer e Turismo**, por meio do **SETOR DE CONTRATOS E LICITAÇÕES**, sediado(a) na Alameda Cidade de Matosinhos de Portugal, 153, na Romaria, Bairro Basílica, Congonhas - Minas Gerais, CEP: 36414-156, realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, tipo **PERMISSÃO DE USO**, com critério de julgamento **MAIOR OFERTA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, Termo de Referência e demais anexos.

**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:**

**RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: A partir do dia 13/11/2024 às 08:00 horas**

**TÉRMINO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: às 08:00 h do dia 06/12/2024**

**INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:00 h do 06/12/2024**

**REFERÊNCIA DE TEMPO:** horário de Brasília (DF).

**LOCAL:** Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br)

Os Trabalhos serão conduzidos pela Pregoeira e pela Equipe de Apoio, nomeada pela Portaria nº PMC/270, de 7 de julho de 2023 e Portaria nº PMC/470, de 1º de dezembro de 2023.

**1. DO OBJETO**

1.1. O objeto desta licitação, na modalidade de Pregão Eletrônico, é a proposta mais vantajosa para a Permissão de Uso de Bem Público destinado ao funcionamento de uma lanchonete/bomboniere, situada nas dependências internas do Cine Teatro Leon, à rua padre Antônio Corrêa, nº 212, centro, Congonhas – MG, CEP. 36410-056.

1.2. A área permissionária refere-se ao andar térreo com área total de 30,00 m² (trinta metros quadrados), com instalações de despensa, cozinha, depósito e área de circulação.

1.3. O detalhamento e a especificação da Permissão de Uso vêm elencados no Anexo I do Edital – Termo de Referência, que integra este Edital.

**2. DO CREDENCIAMENTO**

2.1. Poderão participar desta Licitação todas e quaisquer empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no País, que atuem em ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos.

2.2. Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que apresentarem toda a documentação por ela exigida para respectivo cadastramento junto à Bolsa de Licitações e Leilões - <https://bll.org.br>.

2.3. Não poderá participar da licitação a empresa que estiver sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que tenha sido declarada inidônea por órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou Distrito Federal ou que esteja cumprindo período de suspensão no âmbito da administração municipal.

2.4. O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ou através de empresas associadas à Bolsa de Licitações do Brasil, até no mínimo uma hora antes do horário fixado no edital para o recebimento das propostas.

2.5. O cadastramento do licitante deverá ser requerido acompanhado dos seguintes documentos:

- a) Instrumento particular de mandato outorgando à operador devidamente credenciado junto à Bolsa, poderes específicos de sua representação no pregão, conforme modelo fornecido pela Bolsa de Licitações do Brasil.
- b) Declaração de seu pleno conhecimento, de aceitação e de atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital, conforme modelo fornecido pela Bolsa de Licitações do Brasil.
- c) Especificações do objeto da licitação em conformidade com o Edital, constando preço, onde as propostas não deverão estar com valores inferiores ao mínimo fixado no Edital (referente ao valor mensal) e não havendo lances com valores iguais ou superiores serão desclassificados.

2.6. O custo de operacionalização e uso do sistema ficará a cargo do Licitante vencedor do certame, que pagará a Bolsa de Licitações do Brasil, provedora do sistema eletrônico, o equivalente ao percentual estabelecido pela mesma sobre o valor contratual ajustado, a título de taxa pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, em conformidade com o regulamento operacional da BLL – Bolsa de Licitações do Brasil

2.7. A microempresa ou empresa de pequeno porte deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de valor a ser digitado no sistema, verificar nos dados cadastrais se assinalou o regime ME/EPP no sistema, conforme o seu regime de tributação para fazer valer o direito de prioridade do desempate, conforme Art. 44 e 45 da LC 123/2006.

2.8. O cadastramento no portal [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br) é o critério de credenciamento para participação no certame, sendo de total responsabilidade do licitante proceder ao seu cadastro, de acordo com as orientações do portal. O Município de Congonhas – MG, através da FUMCULT, fica isento de qualquer custo operacional ou de efetuação do cadastro por parte dos licitantes.

### **3. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME**

3.1. O certame será conduzido pela Pregoeira, com o auxílio da Equipe de Apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- a) acompanhar os trabalhos da Equipe de Apoio;
- b) responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
- c) abrir as propostas de preços;
- d) analisar a aceitabilidade das propostas;
- e) desclassificar propostas indicando os motivos;
- f) conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de **Maior Oferta** ;
- g) verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
- h) declarar o vencedor;
- i) receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- j) elaborar a ata da sessão;
- k) encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;
- l) abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando a aplicação de penalidades previstas na legislação.

#### **4. CREDENCIAMENTO NO SISTEMA LICITAÇÕES DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES:**

4.1. As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear, através do instrumento de mandato previsto no item 2.5 (a), operador devidamente credenciado em qualquer empresa associada à Bolsa de Licitações do Brasil, atribuindo poderes para formular lances de valores e praticar todos os demais atos e operações no site: [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br). A participação do licitante no Pregão Eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à BLL – Bolsa de Licitações do Brasil, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital, o acesso do operador ao Pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de valores e lances sucessivos de valores, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa. A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BLL - Bolsa De Licitações do Brasil é de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a BLL - Bolsa de Licitações do Brasil a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

#### **5. PARTICIPAÇÃO:**

5.1. A participação no Pregão, na Forma Eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de valores, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecido.

5.2. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante;

5.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.4. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

5.5. Será concedido tratamento favorecido para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, e para o Microempreendedor Individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.6. Não poderão participar desta licitação os interessados:

5.6.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

5.6.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

5.6.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

5.6.4. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

5.6.5. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

5.6.6. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

5.7. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecida, através de uma empresa associada ou pelos telefones: Curitiba-PR (41) 3097-4600, ou através da Bolsa de Licitações do Brasil ou pelo e-mail [contato@bll.org.br](mailto:contato@bll.org.br).

## **6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

6.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, conjuntamente com os documentos de habilitação exigidos no Edital, proposta em papel timbrado com a descrição do objeto ofertado e o valor (CONFORME ANEXO III), até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

6.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

6.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade **fiscal e trabalhista**, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

6.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

6.6. São estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

6.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação da Pregoeira e Equipe de Apoio e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6.8. A proposta deverá ser encaminhada conforme disposto no Edital.

## **7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.1.A. Valor mensal;

7.1.B. Quantidade (num total de 12);

7.1.C. Unidade (num total de 1 serviço);

7.1.D. Descrição detalhada do objeto

7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam à Permissionária.

7.3. Os valores ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

7.5. Os licitantes devem respeitar o valor mínimo estabelecido no Edital.

## **8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.**

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. A Pregoeira verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

8.3. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.4. **Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.** (Art. 30, § 5º do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019: "Classificadas as propostas, a pregoeira dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico. § 5º Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.").

8.5. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.6. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a Pregoeira e os licitantes.

8.7. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.8. O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário (mensal)**.

8.9. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.10. O licitante somente poderá oferecer lance **de valor superior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.11. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **R\$ 10,00 (dez reais)**.

8.12. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante poderá variar conforme o Pregão e objeto licitado, quando a Pregoeira definir uma margem de lance para esse lote.

8.13. Será adotado para o envio de lances no Pregão Eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

- 8.14. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 8.15. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem decrescente de valores.
- 8.16. Poderá a Pregoeira, auxiliado pela Equipe de Apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.
- 8.17. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 8.18. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do maior lance registrado, **vedada a identificação do licitante**.
- 8.19. No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 8.20. Quando a desconexão do sistema eletrônico para a Pregoeira persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pela Pregoeira aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 8.21. O Critério de julgamento adotado será o de **MAIOR OFERTA/LANCE**, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 8.22. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 8.23. Em relação a itens não exclusivos para participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 8.24. Nessas condições, as propostas de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) abaixo da **maior proposta ou melhor lance/oferta** serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 8.25. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor superior ao da primeira colocada, no prazo de 05 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 8.26. Caso a Microempresa ou a Empresa de Pequeno Porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 8.27. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar **MAIOR OFERTA**.

8.28. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

8.29. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

8.30. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo classificação;

8.31. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

8.32. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

8.33. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

8.34. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

a) empresas estabelecidas no território do Estado de Minas Gerais;

b) empresas brasileiras;

c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

8.35. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

8.36. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, a Pregoeira deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado a **MAIOR OFERTA**, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

8.37. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.38. A Pregoeira solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado, após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8.39. Após a negociação do valor, a Pregoeira iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **9. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.**

9.1. Encerrada a etapa de negociação, a pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao mínimo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto nº 10.024/2019.

9.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final inferior ao preço mínimo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU – Plenário).



- 9.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;
- 9.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24h (vinte e quatro horas) de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;
- 9.5. A Pregoeira poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **24 horas (vinte e quatro horas)** sob pena de não aceitação da proposta.
- 9.6. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pela Pregoeira por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pela Pregoeira.
- 9.7. Nessa hipótese, bem como em caso de inabilitação do licitante, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.
- 9.8. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, a Pregoeira examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 9.9. Havendo necessidade, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
- 9.10. A Pregoeira poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
- 9.10.A. Também nas hipóteses em que a Pregoeira não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
- 9.10.B. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 9.11. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, a pregoeira verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

## **10. DA HABILITAÇÃO**

10.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, a Pregoeira verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta ao seguinte cadastro:

10.1.A. Certidão Negativa Correccional (CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM), mantida pela Controladoria Geral da União (<https://certidoes.cgu.gov.br>).

10.1.B. O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

10.1.C. O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram qualquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

10.1.D. O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse

ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

10.2. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição da consulta da alínea “a” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/> )

10.3. A consulta aos cadastros será realizada impressa e juntada aos autos, em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

10.3.A. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

10.3.B. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

10.3.C. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação

10.3.D. Constatada a existência de sanção, a Pregoeira reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

10.3.E. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.3.F. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via e-mail, no prazo de 02 (duas) horas sob pena de inabilitação.

10.4. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.5. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.6. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10.7. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação juntamente com a Declaração Unificada (ANEXO II), em campo próprio do sistema (outros documentos).

## **11. DA HABILITAÇÃO JURIDICA**

11.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

11.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

11.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

11.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

11.5. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

11.6. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

11.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

## **12. DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**

12.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – **CNPJ** ou o Cadastro de Pessoas Físicas – CPF, conforme o caso.

12.2. Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal** (Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União).

12.3. Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual**;

12.4. Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do licitante;

12.5. Prova de regularidade ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei.

12.6. Certidão Negativa de Débito Trabalhista (**CNDT**).

12.7. Caso o licitante detentor do maior preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

12.8. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: **certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas**, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 3º da Instrução Normativa nº 36, de 03 de março de 2017 do Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI, não emitida em prazo superior a 90 (noventa) dias.

## **13. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

13.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data não anterior a 90 (noventa) dias do dia determinado para a entrega das propostas.

## **14. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

14.1. Atestado de Visita Técnica, que deverá ser fornecido e assinado pelo representante da FUMCULT, junto ao Cine Teatro Leon (Anexo VI), ou, caso a PERMISSONÁRIA prefira, Declaração de Conhecimento e Comprometimento, conforme modelo – Anexo V, do Edital. As visitas deverão ser agendadas através do Tel.31-3732-0996, no horário de 07:00 as 16:00 horas.

## **15. DECLARAÇÕES E CERTIDÕES:**

15.1. Declaração Unificada, exigida para habilitação, conforme Edital (Anexo II).

15.2. Declaração de Conhecimento e Comprometimento (anexo V) ou Atestado de Visita Técnica (anexo VI)

15.3. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: **Certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas**, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 3º da Instrução Normativa nº 36, de 03 de março de 2017 do Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI, não emitida em prazo superior a **90 (noventa) dias**.

## **16. DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO**

16.1. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

16.2. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do Edital.

16.2.A.A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

16.3. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de **05 (cinco)** dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

16.4. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

16.5. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

16.6. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

16.7. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

16.8. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

16.9. É prevista a aplicação da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018- Lei Geral de Proteção de Dados- LGP, com a devida obrigatoriedade das partes de implementar medidas técnicas e administrativas suficientes visando a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de todas as informação, dados pessoais e/ ou base de dados a quem tenha acesso, a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamento acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento não previstos no objeto, inclusive, não autorizando as partes disponibilizar e/ou transmitir a terceiros, informações, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto contratual.

## **17. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**

17.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **02 (duas) horas**, a contar da solicitação da Pregoeira no sistema eletrônico e deverá:

17.1.A. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

17.2. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

17.3. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

17.4. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

## **18. DOS RECURSOS**

18.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

18.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

18.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

18.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

18.3.2 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

18.3.3 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

18.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

18.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

18.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

18.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

18.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

18.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

18.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico [www.congonhas.mg.gov.br](http://www.congonhas.mg.gov.br) ou na sede da FUMCULT, localizada na Alameda Cidade de Matozinhos de Portugal, nº 153, Basílica, CEP 36.415-000, Congonhas/MG.

## **19. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

19.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

19.1.A. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

19.1.B. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

19.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

19.2.A. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico.

## **20. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

20.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da Pregoeira, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

20.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

## **21. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

21.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

21.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à datada abertura do certame.

21.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento só poderão ser realizados por forma eletrônica, através de campo próprio no sistema do portal [WWW.BLL.ORG.BR](http://WWW.BLL.ORG.BR)

21.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

21.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

21.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **22. DO TERMO DE PERMISSÃO DE USO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

22.1. Após a homologação do processo, será firmada o Termo de Permissão de Uso ou emitido instrumento equivalente.

22.1.A. O permissionário terá o prazo de **10 (dez) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Permissão de Uso ou aceite do instrumento equivalente, sob pena de decair do direito à permissão de uso, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

22.1.B. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Permissão de Uso ou aceite do instrumento equivalente, a FUMCULT poderá encaminhá-lo para assinatura

ou aceite da permissionária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado de forma eletrônica, com certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, tipo A1 ou A3 ou aceite no prazo de 02 (dois) dias, a contar da data de seu recebimento.

22.1. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do permissionário e aceita pela FUMCULT.

22.2. A permissionária se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

22.3. O prazo de vigência da Permissão de Uso é de **05 (cinco) anos** prorrogável por igual período, conforme previsão no instrumento de Permissão de Uso ou Instrumento Equivalente.

22.4. Na assinatura do Termo de Permissão de Uso ou Instrumento Equivalente, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo permissionário durante a vigência a Permissão de Uso.

22.5. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no Edital ou se recusar a assinar o Termo de Permissão de Uso ou Instrumento Equivalente, a FUMCULT, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o Termo de Permissão de Uso ou Instrumento Equivalente.

## **23. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS**

23.1. Após decorridos 12 (doze) meses da assinatura do Termo de Permissão de Uso ou Instrumento Equivalente, os preços serão reajustados, tendo como referência o mês da apresentação da proposta. O reajustamento será calculado conforme variação do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) da Fundação Getúlio Vargas, entre o mês da execução do serviço e o mês da apresentação da proposta.

## **24. DO PROCEDIMENTO DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO TERMO DE PERMISSÃO DE USO**

24.1. As obrigações decorrentes da presente permissão serão formalizadas por instrumento específico escrito de termo de permissão (do qual farão parte, independentemente de transcrição, o Termo de Referência e a respectiva proposta) celebrado entre a FUMCULT e a PERMISSONÁRIA que observará os termos da Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas pertinentes, cuja minuta será submetida a exame prévio da Procuradoria Jurídica da Fundação.

24.2. O termo de permissão e seus eventuais aditamentos somente terão validade e eficácia depois de, respectiva e sucessivamente, aprovados pela autoridade competente e publicados, por extrato, no Diário Oficial Eletrônico do Município Congonhas, retroagindo os efeitos dos atos de aprovação e publicação, uma vez praticados, à data da assinatura do instrumento.

24.3. Será também verificado se a empresa está cumprindo suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a Administração da FUMCULT, ou se foi declarada inidônea para contratar com a Administração Pública, mediante consultas ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), da Controladoria-Geral da União, no sítio [www.portaltransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis) e ao Cadastro Nacional de

Condenações Civis por Ato de Improbidade Administrativa (CNCIA), do Conselho Nacional de Justiça, no sítio [www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php) (Acórdão TCU Plenário nº 1793/2011)

24.4. O acompanhamento e fiscalização do cumprimento das obrigações da permissionária serão realizados através da servidora Rosana Oliveira Campos Alvim – Chefe de Departamento Operacional

## **25. DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DA PERMISSÃO DE USO**

25.1. A Permissão de Uso vigorará pelo prazo de **05 (cinco) anos**, a partir da data de assinatura do instrumento, podendo ser prorrogado, por igual período, a critério da FUMCULT. Entende-se tal critério como interesse e conveniência administrativos, condicionados ao cumprimento das obrigações descritas no Termo de Referência.

25.2. A Permissão poderá ser rescindida unilateralmente pela Administração Pública, caso as regras previstas neste Edital e demais documentos que instruem o presente processo de licitação não sejam observadas ou caso a Administração da FUMCULT resolva dar outra destinação ao espaço cujo uso será permitido.

25.3. À PERMISSIONÁRIA é vedada a transferência a terceiros, o empréstimo ou a locação do espaço, no todo ou em parte, a subcontratação para o desenvolvimento das atividades, ou, ainda, qualquer outro meio que possibilite o uso do espaço, por terceiros, ainda que seja para a mesma finalidade constante do instrumento da Permissão.

## **26. DA REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO DO CERTAME**

26.1. A Administração da FUMCULT, observadas razões de conveniência e oportunidade, devidamente justificadas, poderá revogar a qualquer momento o presente procedimento, ou declarar a sua nulidade por motivo de ilegalidade, mediante despacho fundamentado.

26.2. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação ou revogação deste procedimento licitatório.

## **27. DA EXTINÇÃO DA PERMISSÃO**

27.1. A Permissão de Uso poderá ser extinta, de pleno direito, independente de interpelação judicial, sem que caiba a PERMISSIONÁRIA qualquer tipo de indenização, nos casos elencados no artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/21, bem como nos estabelecidos abaixo:

27.1.A.A empresa PERMISSIONÁRIA falir, entrar em concordata, dissolução ou liquidação.

27.1.B.Transferir no todo ou parte, as obrigações dos serviços contratados.

27.1.C.Descumprimento de qualquer regra prevista neste Edital e no Termo de Permissão.

## **28. DAS PENALIDADES E MULTAS**

28.1. Pela inexecução total ou parcial do Termo de Permissão, a FUMCULT, poderá aplicar o que dispõe o art. 156 da Lei Federal nº 14.133/21.

28.2. Cada irregularidade apontada pela fiscalização da FUMCULT será informada à PERMISSIONÁRIA e deverá conter o tipo de irregularidade e demais informações pertinentes, tais como: data, setor, veículo, etc.

28.3. A PERMISSIONÁRIA será penalizada pelo descumprimento das cláusulas do presente instrumento, com:

28.3.A. ADVERTÊNCIA: serão consideradas advertências, os ofícios expedidos, pela FUMCULT, com a identificação de tratar-se de “ADVERTÊNCIA”, protocolados perante a PERMISSIONÁRIA ou na recusa do recebimento, o protocolo será suprido pela assinatura de duas testemunhas.



28.3.B. MULTA: mensalmente, serão convertidas em multas, as notificações de irregularidades, cujas justificativas não forem aceitas pela FUMCULT e comunicadas à PERMISSIONÁRIA. A multa será de até 30% (trinta por cento) do valor da tarifa, à critério da Administração da FUMCULT, por cada notificação considerada e confirmada irregular.

28.3.C. Todas as multas referidas nos itens acima serão aplicadas em dobro, na reincidência da falta, na mesma semana, da primeira ocorrência.

28.3.D. As multas são independentes e autônomas, e a aplicação de uma não exclui a possibilidade de aplicação de outras multas ou penalidades por parte da FUMCULT.

28.4. Sem prejuízo das demais penalidades previstas em Lei, será aplicada multa pecuniária nos percentuais e casos abaixo:

28.4.A. Após a ocupação da área e instalação do seu ramo de comércio a PERMISSIONÁRIA, para desistir da Permissão de Uso, estará obrigada a comunicar sua intenção formalmente à PERMITENTE, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, sob pena de, não o fazendo, ser-lhe aplicada a penalidade de multa de 2% (dois por cento) sobre o valor anual da Permissão de Uso, a qual será imediatamente revogada;

28.4.B. Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor mensal da ocupação, sem prejuízo da obrigação de reparar o fato que motivou sua aplicação, no caso de inadimplemento de qualquer uma das obrigações decorrentes da Permissão de Uso, sejam elas de cunho contratual, trabalhista, higiênico-sanitário, ou decorrentes de normas atinentes ao ramo de comércio exercido, limitado ao prazo de 15 (quinze) dias úteis.

28.4.C. A partir do 16º (décimo sexto) dia útil, sem que a falta seja devidamente regularizada, estará caracterizado o descumprimento total o ajuste, sendo aplicada à PERMISSIONÁRIA multa de 02% (dois por cento) sobre o valor anual da Permissão de Uso e a revogação da permissão outorgada, sem prejuízo da imposição das demais penalidades.

28.4.D. Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor anual da Permissão de Uso, revogação da permissão outorgada e imposição da penalidade de impedimento temporário de licitar e contratar com a Administração se a PERMISSIONÁRIA, sem prévia autorização da PERMITENTE, alterar o seu ramo de comércio.

28.5. As multas são independentes e aplicação de uma não exclui a de outras, sobre elas incidindo correção monetária e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês até a data de seu efetivo pagamento, sendo garantido à PERMISSIONÁRIA o direito à defesa prévia, nos termos da legislação vigente.

28.6. Sem prejuízo das penalidades previstas nesta Cláusula, poderá a Administração, a seu exclusivo critério e caracterizado o ato ou fato que o justifique, aplicar, concomitantemente ou não, as penalidades previstas na Legislação aplicada ao caso.

## **29. AS OBRIGAÇÕES DA PERMISSIONÁRIA**

29.1. Respeitar e fazer respeitar a legislação pertinente.

29.2. Manter, durante toda a execução da Permissão que lhe foi outorgada, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas.

29.3. Não ceder, transferir ou emprestar a terceiros, no todo ou em parte, a área objeto da Permissão de Uso, zelando pelo seu uso e comunicando, de imediato, à Administração, a sua utilização indevida por terceiros.

29.4. Exercer unicamente o ramo que lhes foi autorizado através da outorga de Permissão de Uso, conforme descrito e caracterizado no objeto do presente instrumento, observando as exigências legais e higiênico-sanitárias pertinentes.

29.5. Responder, civil, jurídica e administrativamente, pelos atos de seus empregados, bem assim por danos ou prejuízos causados à municipalidade ou a terceiros por si, seus prepostos e empregados.

29.6. Não suspender suas atividades durante o horário de funcionamento sem prévia e expressa autorização

da FUMCULT.

29.7. Manter estabelecimento comercial toda documentação referente à área permissionada, à empresa PERMISSONÁRIA, aos seus empregados, sócios, titulares e prepostos, prova de Regularidade Fiscal para com a Fazenda Municipal, apresentando-a à autoridade competente sempre que exigida.

29.8. Apresentar, sempre que lhe for exigido pela FUMCULT, documento que comprove perfeitas condições de saúde do titular, dos sócios, empregados e prepostos.

29.9. Apresentar, sempre que lhe for exigido pela FUMCULT, documento que comprove que os responsáveis pela empresa PERMISSONÁRIA, cujo ramo preveja a comercialização de produtos alimentícios (lanches e guloseimas), manipulados ou não, bem como seus respectivos prepostos, gerentes e funcionários.

29.10. Manter a excelência de padrões de higiene e limpeza dos equipamentos e área permissionada, observando a totalidade das exigências de ordem higiênico-sanitária.

29.11. Atender, de imediato, todas as determinações da Administração Pública, no âmbito Federal, Estadual ou Municipal.

29.12. A ocorrência de infração a qualquer dispositivo normativo, mesmo que não previsto explicitamente no termo de Permissão de Uso, acarretará na aplicação, pela PERMITENTE, das sanções administrativas cabíveis, sem prejuízo da adoção das medidas legais pertinentes.

29.13. A PERMISSONÁRIA deverá afixar em local visível, placas identificativas, nas quais constarão:

- a) Razão Social;
- b) Nome da permissionária;
- c) Ramo de comércio;

29.14. O estabelecimento comercial deverá ser mantido em excelentes condições de uso, higiene e limpeza, utilizando-se material necessário para tal fim, inclusive tambores ou depósitos para lixo ou sobras, de conformidade com a legislação sanitária.

29.15. A PERMISSONÁRIA deverá reparar quaisquer danos ocorridos na área que lhe é permissionada, mesmo aqueles provenientes do uso, sob pena de, não o fazendo, ver adotados contra si as sanções administrativas e judiciais pertinentes.

29.16. A PERMISSONÁRIA fica obrigada a apresentar, sempre que lhe for exigido pela FUMCULT ou outra autoridade competente, documentação que indique a procedência, especificação e classificação dos produtos por ela comercializados e/ou utilizados no preparo de alimentos e nota fiscal relativa à compra.

29.17. Fica proibida quaisquer alterações nas redes de infraestrutura do bem imóvel cedido, sem consulta previa e por escrito à PERMITENTE.

29.18. A PERMISSONÁRIA compromete-se a atender todas as exigências dos órgãos municipais, estaduais e federais, naquilo que lhe possa ser exigido em decorrência de suas atividades específicas.

29.19. A PERMISSONÁRIA deverá instalar no local permissionado uma lanchonete/bomboniere, cujo projeto de utilização deverá observar as normas e preservar, inclusive esteticamente, as características ligadas à cultura, lazer e turismo.

29.20. A PERMISSONÁRIA deverá usar o bem público condicionado nos seguintes horários de Terça a Sexta-Feira de 10:00 as 21:00 horas. Sábados e domingos, das 14:00 as 21 horas. A Permissionaria será comunicada das programações para adequação ao horário de funcionamento. O funcionamento do Cine Teatro Leon será distinto do Espaço da bomboniere, pois não abrirá ao público às segundas.

29.21. A PERMISSONÁRIA deverá atender as normas de higiene, e segurança atinentes a espécie sendo pessoal, única e exclusivamente responsável pela qualidade dos alimentos e bebidas expostos à venda, sua segurança e bem estar, não possuindo o município qualquer participação ou ingerência em sua administração.

29.22. A fiscalização do empreendimento, especialmente quanto a horários, atendimento, venda de alimentos, condições sanitárias e frequência, será realizada pelos órgãos competentes do município e não elidirá, de forma alguma, a responsabilidade da PERMISSONÁRIA.

29.23. A PERMISSONÁRIA deverá manter seus funcionários devidamente uniformizados e identificados por

crachá, em local visível para melhor identificação.

29.24. A PERMISSONÁRIA deverá manter a limpeza e a segurança da área permissionada, sendo de sua responsabilidade qualquer sinistro que venha acontecer neste local.

29.25. A lanchonete/bomboniere deverá ter produtos e serviços de boa qualidade. O cardápio deverá ser variado, constando, por exemplo: salgadinhos empacotados; - pipocas; - salgados fritos e assados; - tortas; - chocolates; - balas; - pirulitos; - chicletes; - torrone; - bombons; - doces; - biscoitos; - barrinhas de proteínas; - água mineral, com e sem gás; - refrigerantes em lata ou embalagens de plástico; - sucos; - café; - leite; - capuccino; - amendoins salgados; - japonês; - chips e produtos afins.

29.26. Durante o funcionamento normal do Cine Teatro Leon será proibida a venda e o consumo de qualquer tipo de bebidas alcoólicas, comuns ou destiladas e de bebidas em garrafas de vidro, no interior do espaço cultural, exceto em eventos específicos a serem autorizados mediante decreto (Art. 7º, da Lei 3.130, de 26 de outubro de 2011).

29.27. Será permitida o uso de refrigeradores e congeladores.

29.28. A afixação de cartazes, placas ou qualquer informativo deverá ser previamente autorizada pela FUMCULT, através de sua Diretora-Presidente. Vedada qualquer denominação à lanchonete/bomboniere, sendo o mesmo identificado apenas como LANCHONETE/BOMBONIERE.

29.29. Não poderá ocorrer qualquer obra, modificação ou alteração para adaptação e instalação, bem como para a manutenção da lanchonete/bomboniere, mesmo que não descaracterize o estilo do prédio, sem o prévio conhecimento e autorização da FUMCULT.

29.30. A PERMISSONÁRIA deverá instalar todos os equipamentos necessários ao regular e perfeito funcionamento da lanchonete/bomboniere. As mesas e cadeiras deverão ser apresentadas em ótimo estado e em consonância com o ambiente do espaço cultural, desde que haja expressa autorização da FUMCULT. Vedada a instalação de mesas e cadeiras em locais que prejudiquem o acesso dos transeuntes.

29.31. A PERMISSONÁRIA deverá manter a excelência de padrões de qualidade, conforto, higiene e segurança dos equipamentos na área permissionada, observando todas as exigências de ordem higiênica e sanitária.

29.32. Serão de inteira responsabilidade da PERMISSONÁRIA os serviços de vigilância interna, caso necessário, limpeza, higienização, dedetização, desratização, manutenção e conservação.

29.33. Não estocar qualquer material tóxico, inflamável, combustível, corrosivo e/ou explosivo, tais como: gasolina, querosene, benzina. Não será permitido, em hipótese alguma, o estoque de gás GLP.

29.34. Somente será permitido o uso de equipamentos inerente à preparação dos alimentos (lanches), como: - forno micro-ondas, liquidificadores, mixer e afins.

29.35. Utilizar as instalações e bens na forma compatível com sua destinação e características, exclusivamente para os fins indicados no Termo de Referência e, posteriormente, no Termo de Permissão de Uso.

29.36. Realizar a destinação adequada de resíduos resultantes das atividades objeto da permissão.

29.37. A venda de produtos industrializados deverá ser previamente acordada em a PERMISSONÁRIA e a PERMITENTE.

### **30. DAS OBRIGAÇÕES DA PERMITENTE**

30.1. Ceder o espaço para a montagem da lanchonete/bomboniere em perfeitas condições de uso.

30.2. Permitir que a PERMISSONÁRIA visite o local sempre que achar necessário, para a montagem e instalação dos equipamentos.

30.3. Comunicar à PERMISSONÁRIA, com antecedência, quanto ao uso do espaço físico para outros fins, desde que respaldado no Termo de Permissão.

30.4. Os responsáveis pela gestão e fiscalização do Termo de Permissão de Uso serão Rosana Oliveira Campos Alvim – Chefe de Departamento Operacional e Giovanni Alberto de Oliveira, Chefe de Departamento.

### **31. OS CASOS OMISSOS**

31.1. Os casos omissos no presente Edital serão resolvidos de acordo com as disposições da Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Municipal nº \_\_\_\_\_ e dos demais diplomas legais aplicáveis, desde que não colidentes com a legislação supracitada.

### **32. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.**

32.1. A licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

32.2. Reserva-se à Pregoeira o direito de solicitar, em qualquer época ou oportunidade, informações complementares.

32.3. No interesse da Administração da FUMCULT, sem que caiba aos participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

32.3.A. Adiada a data da abertura desta licitação;

32.3.B. Alterada as condições do presente Edital, com fixação de novo prazo para a sua realização.

32.4. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de Pregão Eletrônico.

32.5. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração da FUMCULT, a finalidade e a segurança da contratação.

32.6. Na contagem dos prazos recursais deste Edital será excluído o dia de início e incluído o dia de vencimento, considerando-se o expediente normal.

32.7. A Pregoeira poderá introduzir aditamentos, modificações ou revisões no presente Edital e seus anexos, até 01 (um) dia útil antes da data marcada para a entrega das propostas. Tais aditamentos, modificações ou revisões, serão dadas divulgações pela mesma forma que se deu ao texto original, e na hipótese de influírem na elaboração das propostas, reabrir-se-á o prazo inicialmente estabelecido.

32.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento da licitante, desse que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

32.9. A íntegra das atas lavradas pela Pregoeira e Equipe de Apoio relativamente a todos os atos praticados no processo, bem como as razões de recurso e contrarrazão que venham a ser apresentadas serão publicadas no site oficial do Município de Congonhas: [www.congonhas.mg.gov.br](http://www.congonhas.mg.gov.br), no campo "Licitações", devendo o interessado acessar o número de identificação desta licitação.

### **33. DA POLÍTICA ANTICORRUPÇÃO**

33.1. É prevista a aplicação da Lei federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 6.826, de 27 de maio de 2019, de acordo com a seguinte cláusula:

*"Na forma da Lei Federal nº 12.846/2013, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 6.826/2019, para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por contra própria quanto através de outrem,*

*qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma que não relacionada a este Termo de Referência, devendo garantir, ainda, que seus prepostos, gestores, fiscais, Servidores Públicos e colaboradores ajam da mesma forma e observando sempre a legislação pertinente.”*

#### **34. DA SUBCONTRATAÇÃO**

34.1. Não será admitida em nenhuma hipótese a subcontratação do objeto.

#### **35. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

35.1. Todas as comunicações referentes ao processo serão feitas exclusivamente via chat no sistema eletrônico.

35.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

35.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

35.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

35.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

35.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

35.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

35.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

35.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

35.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ([www.gov.br/pncp](http://www.gov.br/pncp)), no sítio da Prefeitura Municipal de Congonhas ([www.congonhas.mg.gov.br](http://www.congonhas.mg.gov.br)) e no sítio do BLL Compras ([www.bll.or.br](http://www.bll.or.br)).

35.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

35.11.A.ANEXO I - Termo de Referência;

35.11.B.ANEXO II – Declaração Unificada (exigência para habilitação);

35.11.C.ANEXO III – Modelo de Proposta;

35.11.D.ANEXO IV - Modelo de Termo de Permissão de Uso;

35.11.E.ANEXO V – Declaração de Conhecimento e Comprometimento

35.11.F.ANEXO VI – Atestado de Visita Técnica

Congonhas, 19 de setembro 2024

---

**Priscila Oliveira Magalhaes**

**Agente de Contratação**

**ANEXO I**  
**TERMO DE REFERENCIA**



**TERMO DE REFERÊNCIA PARA PERMISSÃO DE USO DE UMA  
LANCHONETE/BOMBONIEIRE**

**1-OBJETO:** A presente licitação tem por finalidade a escolha da proposta mais vantajosa para a PERMISSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO, em espaço público destinado ao funcionamento de uma lanchonete/bomboniere, situada nas dependências internas do Cine Teatro Leon, à Rua Padre Antônio Corrêa, nº 212, Centro, Congonhas – MG, cep.:36410-056.

**2-ESPECIFICAÇÃO DA ÁREA PERMISSIONADA:** A área permissionária refere-se ao andar térreo com área total de 30,00 m² trinta metros quadrados), com instalações de despensa, cozinha, depósito e área de circulação.

**3-DA PERMISSÃO ONEROSA DE USO DE BEM PÚBLICO:**

3.1-Outorga desta permissão de uso é feita a título precário, oneroso, intransferível e pelo prazo de 05 (cinco) anos, prorrogável por igual período.

3.1.1 – O prazo estipulado se respalda no subitem anterior, já que o Termo de Permissão de Uso deve ser por prazo determinado, não se aplicando a regra geral do prazo anual, tendo em vista a não utilização de recursos orçamentários na concessão/permissão de uso.

3.2-Poderá a Administração revogar a Permissão de Uso a qualquer tempo, desde que configurada situação de conveniência e/ou oportunidade, sem que caiba à PERMISSIONÁRIA ressarcimento ou indenização de qualquer espécie, seja a que título for, nos termos da legislação vigente.

3.3-Toda área do Cine Teatro Leon que não compreenda da lanchonete/bomboniere será administrada pela FUMCULT, sem qualquer utilização da PERMISSIONÁRIA.

3.4-As despesas de energia elétrica e fornecimento de água, que compreenda a área da lanchonete/bomboniere, serão de responsabilidade da FUMCULT.

3.5-A área interna da lanchonete/bomboniere será administrada pela PERMISSIONÁRIA, sendo vedada a decoração que descaracterize o ambiente natural, artístico, cultural, familiar ou que agride a moral e os bons costumes locais, a critério da FUMCULT.

3.7-Os casos omissos serão encaminhados à Diretora-Presidente da FUMCULT.

**4-DAS OBRIGAÇÕES DA PERMISSIONÁRIA:**

4.1-Respeitar e fazer respeitar a legislação pertinente.

4.2-Manter, durante toda a execução da Permissão que lhe foi outorgada, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas.

4.3- Não ceder, transferir ou emprestar a terceiros, no todo ou em parte, a área objeto da Permissão de Uso, zelando pelo seu uso e comunicando, de imediato, à Administração, a sua utilização indevida por terceiros.

4.4-Exercer unicamente o ramo que lhes foi autorizado através da outorga de Permissão de Uso, conforme descrito e caracterizado no objeto do presente instrumento, observando as exigências legais e higiênico-sanitárias pertinentes.

4.5-Responder, civil, jurídica e administrativamente, pelos atos de seus empregados, bem assim por danos ou prejuízos causados à municipalidade ou a terceiros por si, seus prepostos e empregados.

4.6-Não suspender suas atividades durante o horário de funcionamento sem prévia e expressa autorização da FUMCULT.

4.7-Manter estabelecimento comercial toda documentação referente à área permissionada, à empresa PERMISSIONÁRIA, aos seus empregados, sócios, titulares e prepostos, prova de Regularidade Fiscal para com a Fazenda Municipal, apresentando-a à autoridade competente sempre que exigida.

4.8- Apresentar, sempre que lhe for exigido pela FUMCULT, documento que comprove perfeitas condições de saúde do titular, dos sócios, empregados e prepostos.



- 4.9- Apresentar, sempre que lhe for exigido pela FUMCULT, documento que comprove que os responsáveis pela empresa PERMISSIONÁRIA, cujo ramo preveja a comercialização de produtos alimentícios (lanches e guloseimas), manipulados ou não, bem como seus respectivos prepostos, gerentes e funcionários.
- 4.10- Manter a excelência de padrões de higiene e limpeza dos equipamentos e área permissionada, observando a totalidade das exigências de ordem higiênico-sanitária.
- 4.11- Atender, de imediato, todas as determinações da Administração Pública, no âmbito Federal, Estadual ou Municipal.
- 4.12- A ocorrência de infração a qualquer dispositivo normativo, mesmo que não previsto explicitamente no termo de Permissão de Uso, acarretará na aplicação, pela PERMITENTE, das sanções administrativas cabíveis, sem prejuízo da adoção das medidas legais pertinentes.
- 4.13- A PERMISSIONÁRIA deverá afixar em local visível, placas identificativas, nas quais constarão:
- a) Razão Social;
  - b) Nome da permissionária;
  - c) Ramo de comércio;
- 4.14- O estabelecimento comercial deverá ser mantido em excelentes condições de uso, higiene e limpeza, utilizando-se material necessário para tal fim, inclusive tambores ou depósitos para lixo ou sobras, de conformidade com a legislação sanitária.
- 4.15- A PERMISSIONÁRIA deverá reparar quaisquer danos ocorridos na área que lhe é permissionada, mesmo aqueles provenientes do uso, sob pena de, não o fazendo, ver adotados contra si as sanções administrativas e judiciais pertinentes.
- 4.16- A PERMISSIONÁRIA fica obrigada a apresentar, sempre que lhe for exigido pela FUMCULT ou outra autoridade competente, documentação que indique a procedência, especificação e classificação dos produtos por ela comercializados e/ou utilizados no preparo de alimentos e nota fiscal relativa à compra.
- 4.17- Fica proibida quaisquer alterações nas redes de infraestrutura do bem imóvel cedido, sem consulta previa e por escrito à PERMITENTE.
- 4.18- A PERMISSIONÁRIA compromete-se a atender todas as exigências dos órgãos municipais, estaduais e federais, naquilo que lhe possa ser exigido em decorrência de suas atividades específicas.
- 4.19- A PERMISSIONÁRIA deverá instalar no local permissionado uma lanchonete/bomboniere, cujo projeto de utilização deverá observar as normas e preservar, inclusive esteticamente, as características ligadas à cultura, lazer e turismo.
- 4.20- A PERMISSIONÁRIA deverá usar o bem público condicionado ao efetivo horário de funcionamento administrativo do Cine Teatro Leon, que se dará das 8:00 às 18:00, de segunda a domingo e feriados. O funcionamento, após este horário, fica condicionado à prévia autorização da FUMCULT, de acordo com as necessidades do fluxo comercial, às leis municipais e a eventos a serem realizados no período noturno.
- 4.21- A PERMISSIONÁRIA deverá atender as normas de higiene, e segurança atinentes a espécie sendo pessoal, única e exclusivamente responsável pela qualidade dos alimentos e bebidas expostos à venda, sua segurança e bem estar, não possuindo o município qualquer participação ou ingerência em sua administração.
- 4.22- A fiscalização do empreendimento, especialmente quanto a horários, atendimento, venda de alimentos, condições sanitárias e frequência, será realizada pelos órgãos competentes do município e não elidirá, de forma alguma, a responsabilidade da PERMISSIONÁRIA.
- 4.23- A PERMISSIONÁRIA deverá manter seus funcionários devidamente uniformizados e identificados por crachá, em local visível para melhor identificação.
- 4.24- A PERMISSIONÁRIA deverá manter a limpeza e a segurança da área permissionada, sendo de sua responsabilidade qualquer sinistro que venha acontecer neste local.
- 4.25- A lanchonete/bomboniere deverá ter produtos e serviços de boa qualidade. O cardápio deverá ser variado, constando, por exemplo: - salgadinhos empacotados; - pipocas; - salgados fritos e assados; - tortas; - chocolates; - balas; - pirulitos; - chicletes; - torrone; - bombons; - doces; - biscoitos; - barrinhas de proteínas; - água mineral, com e sem gás; - refrigerantes em lata ou embalagens de plástico; - sucos; - café; - leite; - capuccino; - amendoins salgados; - japonês; - chips e produtos afins.
- 4.26- Durante o funcionamento normal do Cine Teatro Leon será proibida a venda e o consumo de qualquer tipo de bebidas alcoólicas, comuns ou destiladas e de bebidas em garrafas de vidro, no interior do espaço cultural, exceto em eventos específicos a serem autorizados mediante decreto (Art. 7º, da Lei 3.130, de 26 de outubro de 2011).
- 4.27. Será permitida o uso de refrigeradores e congeladores.



4.28-A afixação de cartazes, placas ou qualquer informativo deverá ser previamente autorizada pela FUMCULT, através de sua Diretora-Presidente. Vedada qualquer denominação à lanchonete/bomboniere, sendo o mesmo identificado apenas como LANCHONETE/BOMBONIERE.

4.29- Não poderá ocorrer qualquer obra, modificação ou alteração para adaptação e instalação, bem como para a manutenção da lanchonete/bomboniere, mesmo que não descaracterize o estilo do prédio, sem o prévio conhecimento e autorização da FUMCULT.

4.30-A PERMISSIONÁRIA deverá instalar todos os equipamentos necessários ao regular e perfeito funcionamento da lanchonete/bomboniere. As mesas e cadeiras deverão ser apresentadas em ótimo estado e em consonância com o ambiente do espaço cultural, desde que haja expressa autorização da FUMCULT. Vedada a instalação de mesas e cadeiras em locais que prejudiquem o acesso dos transeuntes.

4.31-A PERMISSIONÁRIA deverá manter a excelência de padrões de qualidade, conforto, higiene e segurança dos equipamentos na área permissionada, observando todas as exigências de ordem higiênica e sanitária.

4.32-Será de inteira responsabilidade da PERMISSIONÁRIA os serviços de vigilância interna, caso necessário, limpeza, higienização, dedetização, desratização, manutenção e conservação.

4.33- Não estocar qualquer material tóxico, inflamável, combustível, corrosivo e/ou explosivo, tais como: gasolina, querosene, benzina. Não será permitido, em hipótese alguma, o estoque de gás GLP.

4.34- Somente será permitido o uso de equipamentos inerente à preparação dos alimentos (lanches), como: - forno micro-ondas, liquidificadores, mixer e afins.

4.35. Utilizar as instalações e bens na forma compatível com sua destinação e características, exclusivamente para os fins indicados no Termo de Referência e, posteriormente, no Termo de Permissão de Uso.

4.36. Realizar a destinação adequada de resíduos resultantes das atividades objeto da permissão.

4.37. A venda de produtos industrializados deverá ser previamente acordada em a PERMISSIONÁRIA e a PERMITENTE.

#### **5-DAS OBRIGAÇÕES DA PERMITENTE:**

5.1 – Ceder o espaço para a montagem da lanchonete/bomboniere em perfeitas condições de uso.

5.2 – Permitir que a PERMISSIONÁRIA visite o local sempre que achar necessário, para a montagem e instalação dos equipamentos.

5.3 – Comunicar à PERMISSIONÁRIA, com antecedência, quanto ao uso do espaço físico para outros fins, desde que respaldado no Termo de Permissão.

5.4- Os responsáveis pela gestão e fiscalização do Termo de Permissão de Uso serão Rosana Oliveira Campos Alvim – Chefe de Departamento Operacional e Giovanni Alberto de Oliveira, Chefe de Departamento.

#### **6- DA HABILITAÇÃO:**

6.1 – Comprovação de aptidão para a execução do serviço a ser contratado, mediante a apresentação de documentos que atestem a capacidade da empresa a ser contratada para proceder a execução do objeto.

6.1.1 – Os documentos que deverão compor o processo para sua formalização são:

6.1.1 – Proposta Comercial;

6.1.2 – Contratação Social;

6.1.3 – Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;

6.1.4 – Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;

6.1.5 – Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

6.1.6 – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

6.1.7 – Certidão Negativa de Débitos Tributários Estadual;

6.1.8 – Certidão Negativa de Quitação Plena de Pessoa Jurídica Municipal;



6.1.9 – Certidão Cível de Falência e Concordata Negativa;

6.1.10 – Certidão Negativa de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – Pessoa Jurídica;

6.1.11 – Certidão Negativa de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – Pessoa Física;

6.1.12 – Certidão Negativa Correccional (CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM) – Pessoa Jurídica;

6.1.13 – Certidão Negativa Correccional (CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM) – Pessoa Física;

6.1.14 – Atestado de Capacidade Técnica fornecido por pessoa jurídica, de direito público ou privado, em papel timbrado ou contendo todos os dados de identificação da empresa fornecedora do atestado, comprovando que a empresa a ser contratada executa(ou) satisfatoriamente prestação de serviços de lanchonete e/ou bomboniere, similares aos descritos no objeto e compatíveis em características com o objeto a ser executado;

6.1.15 – Atestado de Visita Técnica, que deverá ser fornecido e assinado pelo representante da FUMCULT, junto ao Cine Teatro Leon ou, na ausência da Visita Técnica, apresentar Declaração de pleno conhecimento do objeto licitado, conforme modelo apresentado no Edital.

6.1.16 – Declaração, em papel timbrado ou contendo todos os dados de identificação da empresa a ser contratada, conforme disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal (não possui em seu quadro de pessoal empregados menores de 18 (dezoito anos)).

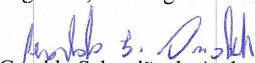
#### **7-DO VALOR:**

7.1-O valor menor aceito pela FUMCULT, para Permissão de Uso será de R\$ R\$981,82 (novecentos e oitenta e um reais e oitenta e dois centavos), por mês, reajustável a cada 12 (doze) meses, pelo IPCA (Índice de Preço ao Consumidor Amplo).

7.2- O valor de referência, citado no item anterior foi elaborado pelo membro designado na Portaria Nº PMC/190, de 18 de fevereiro de 2022, Sérgio Antônio Calixto – Matrícula 2112 - Comissão Permanente de Avaliação e Gestão dos Imóveis Locados pelo Município.

Fundação Municipal de Cultura Lazer e Turismo

Congonhas, 26 de agosto de 2024

  
Geraldo Sebastião de Andrade  
Economista-CORECON-5.383  
Setor de Contratos e Licitações

**ANEXO II**

**DECLARAÇÃO UNIFICADA**

(papel timbrado da licitante)

Fundação Municipal de Cultura, Lazer e Turismo - FUMCULT

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº FUMCULT0072024**

Pelo presente instrumento, a empresa ....., CNPJ nº ....., com sede na ....., através de seu representante legal infra-assinado, declara que:

1) Para os fins do disposto no inciso **XXXIII** do art. 7º da Constituição Federal, não empregamos menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos de idade, em cumprimento ao que determina o inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21.

2) Para os devidos fins que **não** possuímos em nosso quadro societário e de empregados, servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, nos termos do inciso IV, do artigo 14º da Lei Federal nº 14.133/21.

3) Sob as penas da lei, que a empresa não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública.

4) Para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a), portador do RG sob nº ..... e CPF nº ....., cuja função/cargo é (sócio administrador, procurador, diretor, etc) e assim, será o responsável pela assinatura do instrumento contratual.

5) Cumprimos plenamente os requisitos exigidos na habilitação para participar do procedimento licitatório, Pregão Eletrônico nº FUMCULT/007/2024, conforme prescreve a Lei Federal nº 14.133/21, em função dos quais estaríamos impedidos de licitar ou de contratar com a Administração Pública, estando ciente das penalidades aplicáveis nos casos de descumprimento;

6) Cumprimos os requisitos estabelecidos no artigo 3º da LC 123/2006 e que não incorre em quaisquer impedimentos legais para usufruir dos benefícios dos artigos 42 a 49 da LC 123/2006;

7) Não existe nenhum dos impedimentos para que a mesma se beneficie do tratamento jurídico diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, especificamente em relação aos incisos I a X, §4º, artigo 3º da referida Lei;

8) Não obstante, "Declaramos", ainda, que estamos cientes que a falsidade das informações fornecidas pode acarretar nas aplicações de sanções previstas legalmente.

..... de 2024.

Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa

**PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA Nº FUMCULT 007/2024**  
**MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL FINAL (licitante vencedor)**

Apresentamos nossa proposta para a Permissão de Uso Público, de espaço físico, destinado ao funcionamento de uma lanchonete/bomboniere, situada nas dependências internas do Cine Teatro Leon, à Rua Padre Antônio Corrêa, nº 212, Centro, Congonhas – MG, cep.:36410-056, objeto da presente licitação Pregão, na Forma Eletrônica nº **FUMCULT 007/2024**, acatando todas as estipulações consignadas no respectivo Edital e seus anexos.

**IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:**

NOME DA EMPRESA:

CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL:

REPRESENTANTE e CARGO:

CARTEIRA DE IDENTIDADE e CPF:

ENDEREÇO e TELEFONE:

**PREÇO:** Deverá ser cotado, preço mensal do item, de acordo com o Item 7 - Subitem 7.1, do Edital.

**CONDIÇÕES GERAIS:** A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

Item		Unidade	Quantidade	Valor Mensal	Valor Total
1	PERMISSÃO DE USO DE BEM PUBLICO, em espaço público destinado ao funcionamento de uma lanchonete/bomboniere, situada nas dependências internas do Cine Teatro Leon, à Rua Padre Antônio Corrêa, nº 212, Centro, Congonhas – MG, cep.:36410-056.	Mês	12	R\$981,82	R\$11.781,84

**VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL:** De, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

Assinatura do Responsável pela Empresa

**LOCAL E DATA**

**NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA**

Obs: a interposição de recurso SUSPENDE o prazo de validade da proposta até decisão

**ANEXO IV**

**MODELO**

**Pregão Eletrônico nº Fumcult 007/2024**

**MINUTA DO TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE UMA LANCHONETE/BOMBONIEIRE Nº FUMCULT/007/2024.**

Por este instrumento particular de Termo de PERMISSÃO DE USO, para a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS e melhor forma de direito, de um lado como PERMITENTE, a Fundação Municipal de Cultura, Lazer e Turismo - FUMCULT, inscrita no CNPJ sob o nº 19.141.308/0001-85, Inscrição Estadual Isenta e Inscrição Municipal nº 2509, com sede na Alameda Cidade Matosinhos de Portugal, nº 153, Romaria, Bairro Basilica, Congonhas – MG, Cep.:36414-156, neste ato representada por sua Diretora-Presidente, Lana Mércia Brazil Duarte Dias de Castro, brasileira, viúva, servidora pública municipal, inscrita no CPF sob o nº 025.258.656-50 e Carteira de Identidade nº M-7.989.214-SSP/MG e, do outro lado, como PERMISSIONÁRIA, a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, com endereço à \_\_\_\_\_, representada neste ato por seu sócio/representante legal Sr. (a) \_\_\_\_\_, portador (a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e inscrito no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, considerando a adjudicação do objeto do Edital de Pregão Eletrônico nº FUMCULT/007/2024 e a respectiva homologação, levada a efeito da empresa ora PERMISSIONÁRIA, tem, entre si, certo e ajustado o seguinte:

**1 - CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:**

1.1. A presente licitação tem por finalidade a escolha da proposta mais vantajosa para a PERMISSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO, em espaço público destinado ao funcionamento de uma lanchonete/bomboniere, situada nas dependências internas do Cine Teatro Leon, à Rua Padre Antônio Corrêa, nº 212, Centro, Congonhas – MG, cep.:36410-056.

1.2. A área permissionária refere-se ao andar térreo com área total de 30,00 m² trinta metros quadrados), com instalações de despensa, cozinha, depósito e área de circulação.

1.3.O detalhamento e a especificação da Permissão de Uso vêm elencados no Anexo I do Edital – Termo de Referência, que integra este Edital.

1.4.O Termo de Permissão de Uso vigorará por um período de 05 (cinco) anos, com início contado a partir da data inicial da prestação de serviços, que será determinado por emissão pela Administração da FUMCULT, da Ordem de Serviços, desde que assinado o Termo de Permissão de Uso, pela PERMISSIONÁRIA e pela PERMITENTE, podendo ser prorrogado por igual período.

1.5.Havendo a prorrogação, o índice oficial setorial a ser utilizado, anualmente, para a correção do valor do instrumento original será o IPCA/IBGE (Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo).

## **2 - CLAÚSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS:**

2.1. A Permissão de Uso vigorará pelo prazo de 05 (cinco) anos, a partir da data de assinatura do instrumento, podendo ser prorrogado, por igual período, a critério da FUMCULT. Entende-se tal critério como interesse e conveniência administrativos, condicionados ao cumprimento das obrigações descritas no Termo de Referência.

## **3 - CLÁUSULA TERCEIRA - DO RAMO DE COMÉRCIO:**

3.1. A área ora permissionada é destinada exclusivamente ao ramo de comércio, na exploração para o funcionamento de uma **LANCHONETE/BOMBONIEIRE**, nas dependências internas do Cine Teatro Leon, à Rua Padre Antônio Corrêa, nº 212, Centro, Congonhas – MG, cep.:36410-056.

## **4- CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA PERMISSIONÁRIA:**

4.1- Respeitar e fazer respeitar a legislação pertinente.

4.2- Manter, durante toda a execução da Permissão que lhe foi outorgada, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas.

4.3- Não ceder, transferir ou emprestar a terceiros, no todo ou em parte, a área objeto da Permissão de Uso, zelando pelo seu uso e comunicando, de imediato, à Administração, a sua utilização indevida por terceiros.

4.4- Exercer unicamente o ramo que lhes foi autorizado através da outorga de Permissão de Uso, conforme descrito e caracterizado no objeto do presente instrumento, observando as exigências legais e higiênico-sanitárias pertinentes.

4.5- Responder, civil, jurídica e administrativamente, pelos atos de seus empregados, bem assim por danos ou prejuízos causados à municipalidade ou a terceiros por si, seus prepostos e empregados.

4.6- Não suspender suas atividades durante o horário de funcionamento sem previa e expressa autorização da FUMCULT.

4.7- Manter estabelecimento comercial toda documentação referente à área permissionada, à empresa PERMISSIONÁRIA, aos seus empregados, sócios, titulares e prepostos, prova de Regularidade Fiscal para com a Fazenda Municipal, apresentando-a à autoridade competente sempre que exigida.

4.8- Apresentar, sempre que lhe for exigido pela FUMCULT, documento que comprove perfeitas condições de saúde do titular, dos sócios, empregados e prepostos.

4.9- Apresentar, sempre que lhe for exigido pela FUMCULT, documento que comprove que os responsáveis pela empresa PERMISSIONÁRIA, cujo ramo preveja a comercialização de produtos alimentícios (lanches e guloseimas), manipulados ou não, bem como seus respectivos prepostos, gerentes e funcionários.

4.10- Manter a excelência de padrões de higiene e limpeza dos equipamentos e área permissionada, observando a totalidade das exigências de ordem higiênico-sanitária.

4.11- Atender, de imediato, todas as determinações da Administração Pública, no âmbito Federal, Estadual ou Municipal.

4.12- A ocorrência de infração a qualquer dispositivo normativo, mesmo que não previsto explicitamente no termo de Permissão de Uso, acarretará na aplicação, pela PERMITENTE, das sanções administrativas cabíveis, sem prejuízo da adoção das medidas legais pertinentes.

4.13- A PERMISSIONÁRIA deverá afixar em local visível, placas identificativas, nas quais constarão:

a) Razão Social;

b) Nome da permissionária;

c) Ramo de comércio;

- 4.14- O estabelecimento comercial deverá ser mantido em excelentes condições de uso, higiene e limpeza, utilizando-se material necessário para tal fim, inclusive tambores ou depósitos para lixo ou sobras, de conformidade com a legislação sanitária.
- 4.15- A PERMISSIONÁRIA deverá reparar quaisquer danos ocorridos na área que lhe é permissionada, mesmo aqueles provenientes do uso, sob pena de, não o fazendo, ver adotados contra si as sanções administrativas e judiciais pertinentes.
- 4.16- A PERMISSIONÁRIA fica obrigada a apresentar, sempre que lhe for exigido pela FUMCULT ou outra autoridade competente, documentação que indique a procedência, especificação e classificação dos produtos por ela comercializados e/ou utilizados no preparo de alimentos e nota fiscal relativa à compra.
- 4.17- Fica proibida quaisquer alterações nas redes de infraestrutura do bem imóvel cedido, sem consulta previa e por escrito à PERMITENTE.
- 4.18- A PERMISSIONÁRIA compromete-se a atender todas as exigências dos órgãos municipais, estaduais e federais, naquilo que lhe possa ser exigido em decorrência de suas atividades específicas.
- 4.19- A PERMISSIONÁRIA deverá instalar no local permissionado uma lanchonete/bomboniere, cujo projeto de utilização deverá observar as normas e preservar, inclusive esteticamente, as características ligadas à cultura, lazer e turismo.
- 4.20- A PERMISSIONÁRIA deverá usar o bem público condicionado nos seguintes horários de Terça a Sexta-Feira de 10:00 as 21:00 horas. Sábados e domingos, das 14:00 as 21 horas. A Permissionaria será comunicada das programações para adequação ao horário de funcionamento. O funcionamento do Cine Teatro Leon será distinto do Espaço da bomboniere, pois não abra ao público às segundas.
- 4.21- A PERMISSIONÁRIA deverá atender as normas de higiene, e segurança atinentes a espécie sendo pessoal, única e exclusivamente responsável pela qualidade dos alimentos e bebidas expostos à venda, sua segurança e bem estar, não possuindo o município qualquer participação ou ingerência em sua administração.
- 4.22- A fiscalização do empreendimento, especialmente quanto a horários, atendimento, venda de alimentos, condições sanitárias e frequência, será realizada pelos órgãos competentes do município e não elidirá, de forma alguma, a responsabilidade da PERMISSIONÁRIA.
- 4.23- A PERMISSIONÁRIA deverá manter seus funcionários devidamente uniformizados e identificados por crachá, em local visível para melhor identificação.
- 4.24- A PERMISSIONÁRIA deverá manter a limpeza e a segurança da área permissionada, sendo de sua responsabilidade qualquer sinistro que venha acontecer neste local.
- 4.25- A lanchonete/bomboniere deverá ter produtos e serviços de boa qualidade. O cardápio deverá ser variado, constando, por exemplo: salgadinhos empacotados; - pipocas; - salgados fritos e assados; - tortas; - chocolates; - balas; - pirulitos; - chicletes; - torrone; - bombons; - doces; - biscoitos; - barrinhas de proteínas; - água mineral, com e sem gás; - refrigerantes em lata ou embalagens de plástico; - sucos; - café; - leite; - capuccino; - amendoins salgados; - japonês; - chips e produtos afins.
- 4.26- Durante o funcionamento normal do Cine Teatro Leon será proibida a venda e o consumo de qualquer tipo de bebidas alcoólicas, comuns ou destiladas e de bebidas em garrafas de vidro, no interior do espaço cultural, exceto em eventos específicos a serem autorizados mediante decreto (Art. 7º, da Lei 3.130, de 26 de outubro de 2011).
- 4.27- Será permitida o uso de refrigeradores e congeladores.
- 4.28- A afixação de cartazes, placas ou qualquer informativo deverá ser previamente autorizada pela FUMCULT, através de sua Diretora-Presidente. Vedada qualquer denominação à lanchonete/bomboniere, sendo o mesmo identificado apenas como LANCHONETE/BOMBONIERE.

4.29- Não poderá ocorrer qualquer obra, modificação ou alteração para adaptação e instalação, bem como para a manutenção da lanchonete/bomboniere, mesmo que não descaracterize o estilo do prédio, sem o prévio conhecimento e autorização da FUMCULT.

4.30-A PERMISSIONÁRIA deverá instalar todos os equipamentos necessários ao regular e perfeito funcionamento da lanchonete/bomboniere. As mesas e cadeiras deverão ser apresentadas em ótimo estado e em consonância com o ambiente do espaço cultural, desde que haja expressa autorização da FUMCULT. Vedada a instalação de mesas e cadeiras em locais que prejudiquem o acesso dos transeuntes.

4.31-A PERMISSIONÁRIA deverá manter a excelência de padrões de qualidade, conforto, higiene e segurança dos equipamentos na área permissionada, observando todas as exigências de ordem higiênica e sanitária.

4.32-Será de inteira responsabilidade da PERMISSIONÁRIA os serviços de vigilância interna, caso necessário, limpeza, higienização, dedetização, desratização, manutenção e conservação.

4.33- Não estocar qualquer material tóxico, inflamável, combustível, corrosivo e/ou explosivo, tais como: gasolina, querosene, benzina. Não será permitido, em hipótese alguma, o estoque de gás GLP.

4.34- Somente será permitido o uso de equipamentos inerente à preparação dos alimentos (lanches), como: - forno micro-ondas, liquidificadores, mixer e afins.

4.35. Utilizar as instalações e bens na forma compatível com sua destinação e características, exclusivamente para os fins indicados no Termo de Referência e, posteriormente, no Termo de Permissão de Uso.

4.36. Realizar a destinação adequada de resíduos resultantes das atividades objeto da permissão.

4.37. A venda de produtos industrializados deverá ser previamente acordada em a PERMISSIONÁRIA e a PERMITENTE.

## **5 – CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA PERMITENTE:**

5.1 – Ceder o espaço para a montagem da lanchonete/bomboniere em perfeitas condições de uso.

5.2 – Permitir que a PERMISSIONÁRIA visite o local sempre que achar necessário, para a montagem e instalação dos equipamentos.

5.3 – Comunicar à PERMISSIONÁRIA, com antecedência, quanto ao uso do espaço físico para outros fins, desde que respaldado no Termo de Permissão.

5.4- Os responsáveis pela gestão e fiscalização do Termo de Permissão de Uso serão Rosana Oliveira Campos Alvim – Chefe de Departamento Operacional e Giovanni Alberto de Oliveira, Chefe de Departamento.

## **6 - CLÁUSULA SEXTA – DA PERMISSÃO DE USO:**

6.1.Outorga desta permissão de uso é feita a título precário, oneroso , intransferível e pelo prazo de 05 (cinco) anos, prorrogável por igual período.

6.1.1 – O prazo estipulado se respalda no subitem anterior, já que o Termo de Permissão de Uso deve ser por prazo determinado, não se aplicando a regra geral do prazo anual previsto no art.106 da Lei Federal nº 14.133/21, tendo em vista a não utilização de recursos orçamentários na concessão/permissão de uso.

6.2- Poderá a Administração revogar a Permissão de Uso a qualquer tempo, desde que configurada situação de conveniência e/ou oportunidade, sem que caiba á PERMISSIONÁRIA ressarcimento ou indenização de qualquer espécie, seja a que título for, nos termos da legislação vigente.

6.3-Toda área Cine Teatro Leon que não compreenda a área da LANCHONETE/BOMBONIERE será administrada pela FUMCULT, sem qualquer utilização da PERMISSIONÁRIA.

6.4- As despesas de telefonia, energia elétrica e a que não compreendam a área da LANCHONETE/BOMBONIERE, serão de responsabilidade da FUMCULT.

6.5- A área interna da cafeteria/bistrô será administrada pela PERMISSIONÁRIA, sendo vedada a decoração que descaracterize o ambiente natural, artístico, cultural, familiar ou que agride a moral e os bons costumes locais, a critério da FUMCULT.

6.6- Os casos omissos serão encaminhados a Rosana Oliveira Campos Alvim, Chefe de Departamento Operacional e à Diretora-Presidente da FUMCULT.

## **7 - CLÁUSULA SÉTIMA – DO PREÇO/ REAJUSTAMENTO:**

7.1. Pela ocupação da área que lhe é permissionada, a PERMISSIONÁRIA pagará o valor total de R\$ ..... (.....), em 12 (doze) parcelas mensais e iguais, no valor de R\$ .....

7.2 – O preço relativo à ocupação da área permissionada será reajustado decorridos 12 (doze) meses da assinatura do contrato, através de Decreto Municipal, de acordo com a variação do IPCA – Índice Geral de Preço ao Consumidor Amplo, publicado pela Fundação Getúlio Vargas entre o mês da execução dos serviços e o mês da apresentação da proposta.

7.3. A PERMISSIONÁRIA depositará o pagamento, mensalmente, até o 5º (quinto) dia útil subsequente, na Conta Corrente 22.703-x. Agência 1793, Banco do Brasil/SA. A cópia do comprovante de depósito deverá ser entregue ao Setor supra para controle e arquivamento.

7.4. Será de inteira responsabilidade da PERMISSIONÁRIA o pagamento correspondente aos encargos provenientes ao consumo de água, esgoto e energia elétrica, bem como aqueles decorrentes dos serviços de limpeza, higienização, dedetização, desratização, manutenção e conservação, seguro contra incêndios, instalação de sistema de sonorização e telefonia e de quaisquer outros encargos, inclusive os trabalhistas, que forem necessários ao bom funcionamento das atividades da sorveteria/açaí. Ressalta-se que a parte de vigilância patrimonial no tocante à área permissionada será de responsabilidade da PERMISSIONÁRIA.

## **8. DA EXTINÇÃO DA PERMISSÃO**

8.1. A Permissão de Uso poderá ser extinta, de pleno direito, independente de interpelação judicial, sem que caiba a PERMISSIONÁRIA qualquer tipo de indenização, nos casos elencados no artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/21, bem como nos estabelecidos abaixo:

- a) A empresa PERMISSIONÁRIA falir, entrar em concordata, dissolução ou liquidação.
- b) Transferir no todo ou parte, as obrigações dos serviços contratados.
- c) Descumprimento de qualquer regra prevista neste Edital e no Termo de Permissão.

## **9. DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

9.1. Pela inexecução total ou parcial do Termo de Permissão, a FUMCULT, poderá aplicar o que dispõe o art. 155 e Incisos da Lei Federal nº 14.133/21.

9.2. Cada irregularidade apontada pela fiscalização da FUMCULT será informada à PERMISSIONÁRIA e deverá conter o tipo de irregularidade e demais informações pertinentes, tais como: data, setor, veículo, etc.

9.3. A PERMISSIONÁRIA será penalizada pelo descumprimento das cláusulas do presente instrumento, com:



a) ADVERTÊNCIA: serão consideradas advertências, os ofícios expedidos, pela FUMCULT, com a identificação de tratar-se de “ADVERTÊNCIA”, protocolados perante a PERMISSIONÁRIA ou na recusa do recebimento, o protocolo será suprido pela assinatura de duas testemunhas.

b) MULTA: mensalmente, serão convertidas em multas, as notificações de irregularidades, cujas justificativas não forem aceitas pela FUMCULT e comunicadas à PERMISSIONÁRIA. A multa será de até 50% (cinquenta por cento) do valor da tarifa, à critério da Administração da FUMCULT, por cada notificação considerada e confirmada irregular.

c) Todas as multas referidas nos itens acima serão aplicadas em dobro, na reincidência da falta, na mesma semana, da primeira ocorrência.

d) As multas são independentes e autônomas, e a aplicação de uma não exclui a possibilidade de aplicação de outras multas ou penalidades por parte da FUMCULT.

**9.4.** Sem prejuízo das demais penalidades previstas em Lei, será aplicada multa pecuniária nos percentuais e casos abaixo:

a) Após a ocupação da área e instalação do seu ramo de comércio a PERMISSIONÁRIA, para desistir da Permissão de Uso, estará obrigada a comunicar sua intenção formalmente à PERMITENTE, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, sob pena de, não o fazendo, ser-lhe aplicada a penalidade de multa de 2% (dois por cento) sobre o valor anual da Permissão de Uso, a qual será imediatamente revogada;

b) Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor mensal da ocupação, sem prejuízo da obrigação de reparar o fato que motivou sua aplicação, no caso de inadimplemento de qualquer uma das obrigações decorrentes da Permissão de Uso, sejam elas de cunho contratual, trabalhista, higiênico-sanitário, ou decorrentes de normas atinentes ao ramo de comércio exercido, limitado ao prazo de 15 (quinze) dias uteis.

c) A partir do 16º (décimo sexto) dia útil, sem que a falta seja devidamente regularizada, estará caracterizado o descumprimento total o ajuste, sendo aplicada à PERMISSIONÁRIA multa de 02% (dois por cento) sobre o valor anual da Permissão de Uso e a revogação da permissão outorgada, sem prejuízo da imposição das demais penalidades.

d) Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor anual da Permissão de Uso, revogação da permissão outorgada e imposição da penalidade de impedimento temporário de licitar e contratar com a Administração se a PERMISSIONÁRIA, sem prévia autorização da PERMITENTE, alterar o seu ramo de comércio.

**9.5.** As multas são independentes e aplicação de uma não exclui a de outras, sobre elas incidindo correção monetária e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês até a data de seu efetivo pagamento, sendo garantido à PERMISSIONÁRIA o direito à defesa prévia, nos termos da legislação vigente.

**9.6.** Sem prejuízo das penalidades previstas nesta Cláusula, poderá a Administração, a seu exclusivo critério e caracterizado o ato ou fato que o justifique, aplicar, concomitantemente ou não, as penalidades previstas na Legislação aplicada ao caso.

## **10 -CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

10.1 – Os responsáveis pela gestão e fiscalização do Termo de Permissão de Uso serão, respectivamente, Rosana Oliveira Campos Alvim, Chefe de Departamento Operacional da FUMCULT (gestora) e Giovanni Alberto de Oliveira, Chefe de Departamento (fiscal) e, na ausência destes, pelos seus substitutos.

10.2 - Os casos omissos serão encaminhados à Diretora-Presidente da FUMCULT.

10.3 - A PERMITENTE, a seu exclusivo critério, poderá autorizar a execução de obras necessárias à correta operacionalização do estabelecimento, cujas despesas ficarão sob a responsabilidade da PERMISSIONÁRIA.

10.4 - Fica eleito o Foro da Comarca de Congonhas para solucionar quaisquer litígios referentes ao presente ajuste, com renúncia expressa por qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

10.5 - A presente Permissão de Uso de Bem Público terá validade a partir da data de assinatura deste Termo e é outorgada em caráter precário e oneroso, podendo ser revogada a qualquer tempo, observadas as condições de oportunidade e conveniência, mediante simples notificação do PERMITENTE, sem que caiba a PERMISSIONÁRIA o direito de reclamar qualquer indenização ou retenção por benfeitorias, ainda que necessárias.

10.6 - A presente Permissão não acarretará encargos financeiros à FUMCULT.

10.7 - A Permissão de Uso poderá ser extinta, de pleno direito, independente de interpelação judicial, sem que caiba a Permissionária qualquer tipo de indenização, nos casos elencados no artigo 138 da Lei Federal nº 14.133/21, bem como nos estabelecidos abaixo:

- a) A empresa PERMISSIONÁRIA falir, entrar em concordata, dissolução ou liquidação.
- b) Transferir no todo ou parte, as obrigações dos serviços contratados.
- c) Descumprimento de qualquer regra prevista neste edital e no Termo de Permissão.

10.8 – Quanto aos direitos da FUMCULT, no caso de extinção administrativa, aplicar-se-á o que reza os dispositivos presentes art. 139 da Lei Federal nº 14.133/21.

10.9 – O presente Termo de Permissão Onerosa de Uso vincular-se-á ao Edital do Pregão Eletrônico respectivo, bem como as condições da proposta da licitante vencedora.

10.10 - Os casos omissos serão resolvidos conforme a legislação aplicável à execução do Termo de Permissão de Uso, quais sejam: Lei Federal nº 14.133/21; Lei 8.987/95 e Constituição Federal de 1.988.

Congonhas, de de 2024

PERMISSIONÁRIA

PERMITENTE

Testemunhas:

1-.....

2-.....

Nome:

Nome:

CPF.:

CPF.:

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº FUMCULT/007/2024**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO E COMPROMETIMENTO**

Pelo presente instrumento, a empresa ....., CNPJ nº ....., com sede na ....., através de seu representante legal infra-assinado, declara que:

1) Para os devidos fins, que tem pleno conhecimento do Edital e se compromete a cumprir todas as cláusulas editalícias, bem como as cláusulas contratuais.

2) Em atendimento ao item 14 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, do Edital - Pregão Eletrônico nº FUMCULT/007/2024, que tomou conhecimento da área, das instalações e das condições locais em que os serviços serão prestados e para demais esclarecimentos que a licitante julgar necessários, para a formulação da proposta comercial para o cumprimento a contento das obrigações resultantes da Permissão de Uso.

Cidade, ..... de ..... de 2024

Assinatura...

(Carimbo de CNPJ da empresa)

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº FUMCULT/007/2024**

**ATESTADO DE VISITA TÉCNICA**

Atestamos, para fins de participação no Pregão Eletrônico nº FUMCULT/007/2024 e Processo Administrativo nº FUMCULT/0020/2024, cujo objeto é a escolha da proposta mais vantajosa para a Permissão de Uso do espaço público destinado ao funcionamento de uma lanchonete/bomboniere, situada nas dependências internas do Cine Teatro Leon, situado à Rua Padre Antônio Corrêa, nº 212, Centro, Congonhas – MG, cep.:36410-056, administrado Pela FUMCULT, sendo próprio a exploração comercial de uma lanchonete/bomboniere, que a empresa ....., inscrita no CNPJ sob o nº ....., através de seu representante legal, ....., efetuou a devida visita técnica nas dependências e instalações de uma lanchonete/bomboniere, nas dependências internas Cine Teatro Leon, o qual também tomou conhecimento quanto às condições físicas das referidas dependências, com o objetivo de atender às exigências do Edital.

Congonhas, ..... de ..... de 2024

.....  
Giovanni Alberto de Oliveira